



MP da Liberdade Econômica abre as votações da semana

Medida recebeu emendas na Câmara, como a que altera normas para o trabalho aos domingos, e está trancando a pauta do Plenário. Texto precisa ser votado até o dia 27

Marcos Oliveira/Agência Senado — 26/6/2019



Pedidos de vista em tribunais superiores e prêmio para cidade com acessibilidade estão entre os assuntos que podem ser votados na pauta definida por Davi (C)

Redução da burocracia para a iniciativa privada e garantias de livre mercado. Esses são alguns dos objetivos da Medida Provisória da Liberdade Econômica, que tranca a pauta do Plenário. Mas emendas aprovadas pelos deputados, alterando a lei trabalhista, tornaram a MP polêmica e dividem senadores: uma corrente alega que o texto moderniza a economia e vai gerar empregos, a outra avalia que os trabalhadores vão perder direitos.

Projetos sobre pedidos de vista em tribunais superiores e direito à mobilidade e acessibilidade também podem ser votados. **3**

Comissão começa a debater hoje proposta da reforma tributária

A Comissão de Constituição e Justiça começa a debater hoje a proposta de emenda à Constituição que institui a reforma tributária. O requerimento para o debate é do relator da PEC, senador Roberto Rocha.

Amanhã, a CCJ inicia uma série de seis audiências sobre a reforma da Previdência. O relatório preliminar do senador Tasso Jereissati está previsto para ser apresentado na sexta-feira. **3**

Pedro França/Agência Senado — 7/5/2019



Senador Roberto Rocha é o relator da proposta de reforma tributária na CCJ

Colegiado pode votar sociedade de garantia solidária

Projeto que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte pode ser analisado amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos. O texto autoriza a constituição de sociedade de garantia solidária. **4**

Debate hoje avaliará corte no orçamento do Censo 2020

A Comissão de Direitos Humanos fará debate hoje às 9h para analisar o corte de 25% no orçamento para a realização do Censo 2020 e a simplificação do seu questionário. A audiência foi solicitada por Paulo Paim. **3**

Sessão especial celebra corretores de imóveis **2**

Texto proíbe penhora de bens de santas casas **3**

Visto simplificado de trabalho será debatido amanhã **4**

Mobilidade urbana pode ter fundo para reduzir tarifas

Em audiência da Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, na sexta-feira, o senador Acir Gurgacz disse que o colegiado vai propor a criação de um fundo nacional de mobilidade urbana.

Para Gurgacz, é preciso

criar uma política pública capaz de reduzir o preço e o impacto das tarifas na renda dos brasileiros.

A intenção da subcomissão é apresentar um projeto a partir da visão de diversos especialistas sobre o tema, disse o senador. **4**

Para IFI, liberação do FTGS pode ajudar a economia

Segundo o *Relatório de Acompanhamento Fiscal* de agosto, da Instituição Fiscal Independente, a liberação de saldos do FGTS e do PIS-

-Pasep de até R\$ 500, prevista em medida provisória em análise no Congresso, pode impactar positivamente o produto interno bruto do

país em até 0,26 ponto percentual este ano. Cálculos do Ministério da Economia preveem injeção de R\$ 28 bilhões. **4**



Intenção da medida provisória é incentivar o consumo ou ajudar as famílias a sair do endividamento, diz relatório

Waldemir Barreto/Agência Senado

Corretores de imóveis são homenageados em sessão

Crescimento do setor imobiliário e contribuição das entidades de classe foram destacadas no evento de sexta-feira. Profissionais pediram valorização da categoria, que comemora data nacional no dia 27

OS CORRETORES DE imóveis foram homenageados em sessão especial do Senado, na sexta-feira. O autor do requerimento, Izalci Lucas (PSDB-DF), destacou a importância da profissão, que tem, no dia 27 de agosto, o Dia Nacional do Corretor de Imóveis.

— Não posso deixar de registrar meu apreço ao setor. As contribuições das entidades e desses profissionais têm sido um divisor de águas para a retomada do crescimento do mundo imobiliário.

Os corretores lutaram por muitos anos para que a profissão fosse regularizada. O primeiro registro de uma iniciativa para reconhecer a profissão em lei é de projeto apresentado pelo então deputado Ulysses Guimarães em 1951, propondo a regulamentação e definição legal dos direitos e deveres. No entanto, apenas em 27 de agosto de 1962, com o a Lei 4.116, a profissão foi oficializada.

O presidente do Conselho Federal de Corretores de



Izalci Lucas, requerente da sessão, entre representantes da categoria

Imóveis, João Teodoro da Silva, destacou a evolução dos profissionais do setor ao longo dos anos, frisando que, dos 400 mil existentes no país, 80% tem diploma de nível superior.

Já o vice-presidente do conselho Federal de Corretores de Imóveis, José Augusto Viana Neto, agradeceu a homenagem, afirmando que os resultados positivos são frutos do trabalho de todos os que têm se dedicado ao conselho.

O presidente do Conselho Regional de Corretores de

Imóveis (Creci) da 8ª Região — Distrito Federal, Geraldo Nascimento, ressaltou que a profissão vai além de apenas vender ou intermediar a compra de imóveis, porque garante a segurança desses serviços.

Wellington Fagundes (PL-MT) afirmou que fez questão de participar da solenidade, por conta da importância da classe. O senador disse ser “apaixonado” pela atividade e informou que pretende se inscrever no Creci do seu estado quando deixar a política.

Rodrigo destaca desenvolvimento regional do país

Rodrigo Cunha (PSDB-AL) destacou na quinta-feira da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional instituída pelo governo federal, que, segundo ele, servirá para equilibrar os “abismos regionais”.

— A Política Nacional de Desenvolvimento Regional está alicerçada em princípios como os da transparência, da participação social, da solidariedade e da cooperação federativa, além dos do desenvolvimento sustentável, da competitividade e da equidade do sistema produtivo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano Férrer ressalta papel do Projeto Rondon

Elmano Férrer (Podemos-PI) destacou na quinta-feira a importância do Projeto Rondon para a integração nacional.

O programa, ressaltou o senador, permitiu ao universitário de uma região conhecer a realidade de outras localidades compartilhando conhecimentos, experiências e avanços com os demais estados do país. De acordo com Elmano, o projeto assume relevância fundamental por oferecer ao jovem a oportunidade de conhecer o Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Acir Gurgacz elogia Marcha das Margaridas

Acir Gurgacz (PDT-RO) cumprimentou na quinta-feira as 100 mil mulheres que participaram da Marcha das Margaridas. A manifestação reuniu mulheres nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília, para reivindicar políticas públicas que melhor atendam às demandas das agricultoras e agricultores familiares.

— A Marcha das Margaridas é a maior e mais importante mobilização conjunta de mulheres de todo o continente sul-americano. Deixo registrado meu total apoio a essas mulheres, que vocalizam os anseios que pautam a luta das trabalhadoras e trabalhadores.

Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai será instalado hoje

Será realizada hoje, às 14h, reunião para instalar o Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai que deve contar com a adesão de membros, eleição e posse da diretoria, além da deliberação a

respeito do estatuto.

A cooperação interparlamentar tem como finalidade incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Legislativos. Já fazem parte do grupo 8 senadores.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Cortes no Censo 2020

9h Audiência sobre corte no orçamento para realização do Censo 2020.

BRASIL-PARAGUAI Instalação

14h Instalação e eleição.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

CCJ Reforma tributária

14h30 Debate sobre reforma tributária.

CCJ Mudanças na Previdência

9h/14h Debates sobre a reforma da Previdência Social.

CDH Aposentadorias especiais

9h Audiência sobre aposentadorias especiais e pensão por morte.

Às 14h, debate sobre acessibilidade nos produtos da linha branca.

CE Fundo da educação básica

9h/14h Audiências para discutir renovação e revisão do Fundeb. Às 11h, pauta de 13 itens.

CI Portabilidade da conta de luz

9h Audiência sobre o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz. Após, pauta de 9 itens.

CAE Garantia solidária

10h O PLC 113/2015 — Complementar, que cria a Sociedade de Garantia Solidária, é um dos 20 itens.

CAS Visto de trabalho

14h30 Audiência para discutir o PL 1.928/2019, que cria visto temporário de trabalho simplificado a estagiários.

CCJ Reforma da Previdência

8h/14h Audiências para debater as mudanças na Previdência Social.

CDR Salva-vidas

9h Entre 9 itens, o PLC 42/2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas.

CAS Trabalho para estagiários

9h30 O PL 1.928/2019, que cria visto temporário de trabalho simplificado para estagiários e intercambistas, é um dos 11 itens.

QUARTA

QUINTA

SEXTA

CAS/CE Atividades físicas

10h30 Audiência conjunta sobre ação da OMS para incentivar atividades físicas.

CRA Comércio agropecuário

11h Audiência para avaliar o comércio internacional agropecuário.

CSE Inteligência artificial

14h Debate sobre o uso da inteligência artificial em ações de políticas públicas.

CMCVM Eleição

14h30 Eleição de vice-presidente.

MP 887/2019 Contratos da Aeronáutica

14h30 Instalação e eleição.

MP 888/2019 Defensoria Pública

14h40 Instalação e eleição.

MP 889/2019 Saque do FGTS

14h50 Instalação e eleição.

MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

15h Instalação e eleição.

CCJ Previdência

9h/14h Audiências sobre a PEC 6/2019, que trata da reforma da Previdência.

CI Portabilidade da conta de luz

9h Audiência para discutir o PLS 232/2016, que permite a portabilidade da conta de luz.

CE Método indiano de educação

10h Audiência para debater o Programa Sathya Sai Educare.

DEBATES TEMÁTICOS Cadastro rural

11h Discussão do PL 3.511/2019, sobre o Programa de Regularização Ambiental e o Cadastro Ambiental Rural.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Metas

14h Audiência para avaliar metas e resultados efetivos das ações de regularização fundiária, com a participação de representantes da Secretaria de Assuntos Fundiários, Secretaria de Patrimônio da União e do Inbra.

SESSÃO SOLENE Maçom brasileiro

15h Comemoração do Dia do Maçom Brasileiro.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

MP da Liberdade Econômica tranca a pauta de amanhã

Medida editada para diminuir a burocracia na economia recebeu emendas na Câmara que mudam regras trabalhistas, como o trabalho aos domingos. Primeiro item da pauta, texto precisa ser votado até dia 27

A PAUTA DA semana está trancada pela Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019). O texto, aprovado na Câmara como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2019, tem validade até o dia 27.

A MP busca reduzir a burocracia para os negócios da iniciativa privada, ao estabelecer garantias para o livre mercado e prever isenção de alvarás e licenças para *startups*, entre outras medidas. O texto aprovado na Câmara, no entanto, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo o trabalho aos domingos com folga a cada quatro semanas sem aval do sindicato por meio de acordo coletivo.

Segundo o governo, a MP vai gerar 3,7 milhões de empregos em 10 anos. A MP é polêmica e divide parlamentares. Enquanto alguns defendem a iniciativa, dizendo que o texto moderniza a economia, outros apontam a perda de direitos dos trabalhadores.

Pedidos de vista

Também consta da pauta a proposta de emenda à Constituição que disciplina os pedidos de vista nos tribunais (PEC 82/2019). A PEC, aprovada na quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem Oriovisto



Plenário tem de analisar a medida antes de votar outras propostas

Guimarães (Pode-PR) como primeiro signatário. O relator, Esperidião Amin (PP-SC), explica que a proposta restringe o poder de decisão individual de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros tribunais, impondo, por exemplo, limites a pedidos de vista, que terão duração máxima de quatro meses.

Mobilidade

A PEC que inclui a mobilidade e a acessibilidade entre os direitos e garantias fundamentais (PEC 19/2014) também está na pauta. Autor, Paulo Paim (PT-RS) argumenta que, embora a lei e os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário deixem implícito o direito de locomoção, não há no texto constitucional uma menção explícita ao direito de mobilidade e acessibilidade

para a realização “de atividades corriqueiras como ir de casa ao trabalho, do trabalho para a faculdade, de lá para hospitais e centros de lazer com agilidade e usando a devida infraestrutura”.

Outro item da pauta é o projeto que Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso (PL 402/2019). Do ex-deputado Ricardo Tripoli, o texto tem a finalidade de incentivar os municípios a adotar medidas para o envelhecimento saudável e aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa. Os municípios que aderirem terão prioridade no recebimento dos recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano. Aqueles que conseguirem implantar ações que melhorem transporte, moradia e outros aspectos receberão o título de Cidade Amiga do Idoso.

Comissão inicia hoje debate sobre PEC da Reforma Tributária

A proposta de emenda à Constituição que institui a reforma tributária começa a ser discutida hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O requerimento para o debate é do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da PEC 110/2019.

Participam da audiência o ex-secretário da Receita Everardo Maciel, o ex-deputado Luiz Carlos Hauly, o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Bernard Appy, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, o deputado Luciano Bivar (PSL-PE) e o economista Eduardo Giannetti da Fonseca.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, tem defendido que o Congresso analise uma proposta única de reforma tributária. Atualmente, além da PEC que tramita na CCJ, a Câmara debate um projeto diferente e o governo federal estuda apresentar outro texto.

Previdência

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) também começa a ser debatida esta semana na CCJ. Serão seis audiências em três dias, reunindo 46 convidados e atendendo a pedidos de oito senadores. Na sexta-feira, o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresenta o relatório preliminar.

Amanhã, a partir das 9h, a comissão recebe o secre-

tário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, e o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa. Nessa audiência comparecerão também representantes de juizes e procuradores: Jayme de Oliveira, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Ângelo da Costa, da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Emerson Garcia, promotor do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e Rudinei Marques, do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Os responsáveis pelos convites foram os senadores Leila Barros (PSB-DF), Paulo Paim (PT-RS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Às 14h, devem comparecer à CCJ o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, e representantes de órgãos de segurança pública: André Gutierrez, da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), Carlos Eduardo Benito Jorge, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), e Deolindo Carniel, da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FenaPRF), entre outros.

Cortes no Censo 2020 serão assunto de audiência hoje

O corte de 25% no orçamento para a realização do Censo 2020 e a simplificação do seu questionário serão debatidos hoje, às 9h, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), solicitada pelo presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS).

“Tal corte é nocivo ao desenvolvimento do país, tendo em vista que o censo é crucial para obter informações acerca das principais características das pessoas e domicílios e da distribuição territorial. Assim, a pesquisa norteia o planejamento das políticas públicas e tomadas de decisões de investimentos tanto pela iniciativa privada quanto pelos governos”, argumenta o senador.

Ele destaca que os dados contribuem para que sejam decididas as áreas que requerem investimento com mais urgência, como saneamento básico. Paim lembra também a importância do censo para o

levantamento de informações para a repartição dos recursos do governo federal.

De acordo com o IBGE, o censo, realizado a cada 10 anos, é a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população em todo o país.

Para participar da audiência, foram convidados a vice-presidente do Conselho Curador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Wania Sant’Anna; a coordenadora do Núcleo Sindical do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatísticas e da Campanha Todos pelo Censo, Luanda Botelho; o ex-diretor de Pesquisas do IBGE Claudio Crespo; a coordenadora operacional dos Censos do IBGE, Vilma Garcia; e o assessor Cimar Pereira, da Diretoria de Pesquisas do instituto.

Avança proibição de penhora de bens de santas casas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira projeto que proíbe a penhora de bens de hospitais filantrópicos e santas casas (PLC 115/2017) e proposta que estende a isenção do Imposto de Renda (IR) a todas as bolsas de estudo recebidas por profissionais de saúde (PL 2.182/2019).

A proibição de penhora compreende imóveis, construções, benfeitorias e equipamentos quitados. O texto determina ainda que só poderão ser penhorados bens considerados supérfluos pela Justiça, como obras de arte e adornos, bem envolvido em processo de

cobrança de dívida relativa ao próprio bem e bem dado em garantia real ou em razão de créditos trabalhistas e previdenciários.

O relator na CAS, senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), votou favoravelmente ao projeto. Segundo ele, a proposta vai beneficiar as santas casas, que se encontram em dívida.

— A dívida está hoje em mais de R\$ 21 bilhões, em função de vários problemas, por má gestão, mas basicamente a questão que eles enfrentam hoje, a tabela SUS faz quase 20 anos que não é reajustada. É um problema de orçamento da União, portanto nós ajudaríamos

muito se aprovássemos com esse projeto — argumentou o relator.

O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Bolsa de estudo

O projeto que isenta de IR bolsas de estudo de residentes da área de saúde, do senador Rogério Carvalho (PT-SE), recebeu parecer favorável da relatora, senadora Mailza Gomes (PP-AC). A proposta estende um direito que os residentes médicos já têm aos residentes de biomedicina, ciências biológicas, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina veterinária, nutrição, odontologia, psicologia, serviço social e terapia ocupacional.

Segundo o texto, a mudança é amparada na Constituição. “É vedado instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente”, explica o autor. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Texto de Rogério, que beneficia bolsistas, tem Mailza como relatora



Liberação do FGTS pode incentivar consumo, diz IFI

Segundo relatório da Instituição Fiscal Independente de agosto, os saques de até R\$ 500 do FGTS podem impulsionar a economia nos próximos 12 meses. Governo estima ingestão de R\$ 12 bilhões só em 2019

A LIBERAÇÃO DE parte dos saldos do FGTS e do PIS-Pasep prevista na Medida Provisória 889/2019, em análise no Congresso, pode impactar positivamente o produto interno bruto (PIB) do país em até 0,26 ponto percentual este ano. Em 2020, o acréscimo no PIB seria um pouco maior: 0,59 ponto percentual. Os cálculos são da Instituição Fiscal Independente (IFI) e constam no *Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF)* de agosto.

Somados os impactos nos dois anos, a IFI estima um acréscimo de 0,85 ponto percentual no PIB com a liberação dos saques. Já o governo calcula um crescimento de 0,35 ponto percentual no acumulado em 12 meses.

As contas da IFI consideram

que o valor total dos saques previsto pelo Ministério da Economia, de R\$ 42 bilhões, seja aplicado no consumo. Segundo a IFI, mesmo se os brasileiros não sacarem integralmente os recursos liberados, haverá uma injeção importante de dinheiro que dará algum impulso ao consumo e uma ajuda na redução do endividamento das famílias.

A IFI alerta, no entanto, que os recursos não entrarão imediatamente: “Ainda que os procedimentos para a realização dos saques sejam facilitados, dificilmente o montante a ser disponibilizado aos trabalhadores ingressará imediatamente na economia. É difícil saber também a destinação que será dada aos recursos”, aponta.

No caso do FGTS, os saques estão previstos para ocorrer entre setembro e março e estarão disponíveis para todas as contas, ativas e inativas. Segundo o ministério, a injeção de recursos seria da ordem de R\$ 28 bilhões em 2019 e de R\$ 12 bilhões em 2020. Com o PIS-Pasep, a expectativa é de que ingressem na economia R\$ 2 bilhões em 2019.

Segundo o governo, 81% das contas do FGTS têm saldo inferior a R\$ 500. Além disso, 54,7 milhões de trabalhadores têm menos de R\$ 500 na soma de suas contas. A IFI destaca que 37,3% das pessoas com o nome negativado possuem dívidas inferiores a R\$ 500 e, portanto, poderiam quitá-las total ou parcialmente com os valores que teriam a sacar das contas do FGTS.

Colegiado estuda mudar Estatuto da Microempresa

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar amanhã projeto que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária.

De acordo com o PLC 113/2015 — Complementar, a sociedade de garantia solidária poderá afiançar empréstimos tomados por microempresas que dela sejam sócias. O regime de sociedade será por ações

e os sócios participantes não poderão deter mais de 10%, cada um, das ações emitidas. Ou seja, a sociedade não poderá ser formada por menos de dez acionistas.

Pela proposta, haverá, além dos sócios participantes, os sócios investidores, que aportarão capital na sociedade sem, contudo, poder ultrapassar o limite de 49% do capital social total. O projeto autoriza ainda investimento público e incentivos estatais nesse tipo

de sociedade, cujas ações serão de livre negociação.

O projeto foi apresentado pelo então deputado e atual senador Esperidião Amim (PP-SC) e tem o senador Cid Gomes (PDT-CE) como relator na CAE. Ele afirma que as microempresas necessitam de financiamento para o fomento de suas atividades. A obtenção de empréstimos, entretanto, é difícil, visto que a microempresa tomadora do crédito não possui garantias para ofertar aos credores.

Lábio leporino

Em uma pauta de 20 itens, a comissão deverá analisar ainda o PL 3.526/2019, que estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo SUS. O texto ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.



O autor, Esperidião Amin, e o relator, Cid Gomes, debatem o projeto

Senadores debatem visto simplificado de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove amanhã audiência para debater o impacto jurídico e as repercussões sociais no caso da aprovação do projeto que cria visto temporário de trabalho simplificado para estagiários e intercambistas (PL 1.928/2019), do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). A proposta recebeu texto alternativo do relator, senador Luiz do Carmo (MDB-GO).

Solicitado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o debate tem como objetivo instruir a

proposta em relação à emenda apresentada pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que amplia o alcance legal do projeto. Paim argumenta que o texto altera substancialmente a Lei de Migração, a Lei Brasileira de Refúgio e a Convenção de 1951, sobre o Estatuto do Refugiado. Para o senador, a emenda insere problemas já superados na legislação brasileira, como a prisão para deportação ou expulsão, a recusa de ingresso ou concessão de refúgio, a retirada

compulsória de solicitantes de refúgio e a obrigação de transportadores informarem dados de passageiros sem levar em conta a intimidade.

A princípio, o substitutivo do relator promovia apenas ajustes em termos associados ao visto temporário de trabalho. Originalmente, o projeto previa expressamente a facilitação do “visto de trabalho simplificado para jovens”.

Luiz do Carmo trocou a palavra “jovens” pelo termo “estagiários e intercambistas”



Presidente do colegiado, Gurgacz (2º à esq.) comanda o debate

Subcomissão vai propor fundo nacional de mobilidade urbana

O presidente da Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que o colegiado vai propor a criação de um fundo nacional de mobilidade urbana.

— Vamos propor a criação de um fundo nacional de mobilidade urbana para que a gente possa ter atenção do governo federal nessa questão. Não podemos deixar para os municípios, que não têm condições — afirmou.

Para o senador, é preciso criar uma política pública capaz de reduzir o preço e o impacto das tarifas na renda dos brasileiros, por meio do aumento da qualidade e eficiência do transporte público. A intenção da subcomissão é apresentar um projeto a partir da visão de diversos especialistas sobre o tema, disse o senador.

Ligado à Comissão de Direitos Humanos (CDH), o colegiado debateu na sexta-feira o custo do transporte na renda do brasileiro. Estudo recente do Ipea aponta que a tarifa do transporte compromete 15% da renda dos moradores das nove maiores regiões metropolitanas do país.

De acordo com o diretor do Departamento de Planejamento e Gestão de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento

Regional (MDR), Cléver de Almeida, o planejamento das cidades brasileiras precisa levar em conta os novos conceitos de mobilidade, visando a construção de centros urbanos mais eficientes, inteligentes, inclusivos, sustentáveis e humanos, o que favorecerá a racionalização da malha viária e a redução das tarifas do transporte público.

Ele disse que a Lei 12.587, de 2012, estabelece que os municípios acima de 20 mil habitantes precisam elaborar seus planos de mobilidade urbana, o que poderá trazer luz ao contexto do transporte coletivo e impor planejamento para a obtenção de um modelo de transporte mais adequado.

Entre os desafios para a redução das tarifas, Cléver apontou a revisão do modelo de negócio, a reestruturação das linhas e modais de transporte, a racionalização das linhas para redução de custos operacionais, novas formas de financiamento para investimentos e operações, a adoção de subsídios, fontes para custeio e financiamento das gratuidades, hoje bancadas pelos usuários do transporte, investimento em tecnologias, a obtenção de receitas extratarifárias e a modernização dos contratos de concessão do transporte público.

Comissão Mista de Mudanças Climáticas tem nova composição

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou na quarta-feira a composição da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) para o biênio 2019-2020.

O colegiado tem como atribuição acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil e será presidido pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Outros senadores também farão parte da comissão, entre eles Eduardo Gomes (MDB-TO), Confúcio Mou-



Alessandro Vieira vai presidir a comissão no biênio 2019-2020

ra (MDB-RO), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Rodrigo Cunha (PSDB-AL), Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Fabiano Contarato (Rede-ES).